



# IMIGRANTES SENEGALESES E DIREITOS HUMANOS: DIMENSÕES MATERIAIS E CONCEPÇÕES ACERCA DA INTEGRAÇÃO NO BRASIL

LEYVA, Pedro Acosta<sup>1</sup>

WENCZENOVICZ, Thaís Janaina<sup>2</sup>

**SOMMARIO:** Introdução - 1. Imigrantes no Brasil e reflexões em Direitos Humanos.- 2. Breve história do Senegal. - 3. Senegaleses no norte do Rio Grande do Sul: olhares reflexivos. - 4. Senegaleses, Cotidiano e Direitos Humanos. - Conclusão

**Resumo:** O devido artigo trata da integração dos Imigrantes Senegaleses junto a sociedade brasileira – mais especificamente na região norte do Rio Grande do Sul (Brasil) - tendo em vista sua relação junto as dimensões materiais e concepções das diretrizes dos Direitos Humanos. Nesse sentido, pretende-se demonstrar em que medida as políticas de imigração ameaçam a manutenção dos Direitos Humanos de indivíduos provenientes de países com histórico de dependência e intransigência aos Direitos Fundamentais Cíveis e Sociais em seu país de origem. Tal condição corrobora na análise entre as políticas de integração e negação aos Direitos Humanos. Ao longo dos últimos vinte anos, o Brasil adotou uma série de novas políticas voltadas à gestão dos movimentos transfronteiriços e aos imigrantes no Brasil, políticas estas que respondem não somente ao ativismo dos migrantes e seus aliados, mas também à estratégia da política externa brasileira.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Imigrantes Senegaleses; Integração.

## Introdução

Desde os primórdios da Humanidade o homem tem migrado por razões diversas e profundas. Migra-se por questões culturais, econômicas, políticas e sócio-religiosas em um processo de contínua de contatos e troca de experiências. Das grandes caravanas da

---

<sup>1</sup> Pós-Doutor em Educação-UNISINOS, em São Leopoldo-RS/Brasil. Doutor e Mestre pelo PPG-EST em São Leopoldo-RS/Brasil. Professor Adjunto A-Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

<sup>2</sup> Docente Adjunta na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Professora Colaboradora do Programa de Pesquisa e Extensão e Pós-Graduação em Direito da Universidade do Oeste de Santa Catarina UNOESC.



Antiguidade Clássica até meados do século XIV os movimentos eram ordenados e regulamentados pelos países receptores.

Para Boaventura de Sousa Santos (2003, p.43), as zonas de contato são campos sociais em que diferentes mundos da vida normativos se encontram e defrontam. Para o autor é nesses espaços que diferentes culturas jurídicas se defrontam de modos altamente assimétricos, quer dizer, em embates que mobilizam trocas de poder muito desiguais. As zonas de contato são, portanto, zonas em que ideias, saberes, formas de poder, universos simbólicos e agências normativas e rivais se encontram em condições desiguais e mutuamente se repelem, rejeitam, assimilam, imitam e subvertem, de modo a dar origem a constelações político-jurídicas de natureza híbrida em que é possível detectar o rasto da desigualdade das trocas. Os híbridos jurídicos são fenômenos político-jurídicos onde se misturam entidades heterogêneas que funcionam por desintegração das formas e por recolha dos fragmentos, de modo a dar origem a novas constelações de significado político e jurídico. Em resultado das interações que ocorrem na zona de contato, tanto a natureza dos diferentes poderes envolvidos como as diferenças de poder existentes entre eles são afetadas. A compreensão deste conceito é fundamental para este trabalho, uma vez que a integração – sendo o Brasil um país multiétnico - é um dos tantos exemplos atuais de grupos sociais que se envolvem e têm se envolvido em conflitos assimétricos com culturas nacionais dominantes.

Partimos da percepção de que o Brasil sempre foi considerado um país de fácil convivência entre os diferentes, inclusive no campo da integração. Entretanto, nos últimos anos, à medida que a sociedade se torna cada vez mais plural em termos sócio-culturais e religiosos, paradoxalmente temos assistido a manifestações públicas de estigma, intolerância, preconceito e xenofobia.

A experiência de ingresso de imigrantes no Brasil deu-se pelos portugueses, seguido pelos espanhóis, franceses e holandeses. Em 1817 adentram no país os suíços e, em 1824 chegam os primeiros austríacos que posterior estimulam o ingresso de alemães, italianos, poloneses, russos e judeus. Após a II Guerra Mundial há várias levas de japoneses que adentram no país. Num segundo momento do século XX pode-se constatar a chegada de africanos e asiáticos considerando a emancipação das Colônias ao estado de Independência Política. O grupo em estudo – senegaleses – inclui-se no quesito impulso econômico e sócio-político. (MAESTRI: 2001, 136-138)

O presente artigo divide-se em três partes. A primeira aborda um breve panorama do cenário migracional no Brasil e suas interrelações com os Direitos Humanos. A segunda parte apresenta um relato acerca da trajetória histórica do Senegal – país de origem do grupo analisado nesse estudo. A terceira parte traça um sucinto panorama dos senegaleses na região norte do Rio Grande do Sul e a última parte discorre sobre elementos de integração e a compreensão das dimensões materiais dos Direitos Humanos por parte dos imigrantes senegaleses residentes no norte do Rio Grande do Sul/Brasil.



1. Na atualidade, pode-se apontar que entre 800 mil e 1,2 milhão de estrangeiros vivem no Brasil. O número é considerado reduzido se levarmos em conta a dimensão total da população brasileira, mas a concentração de alguns grupos em cidades específicas vem contribuindo para uma maior visibilidade do tema migração na sociedade brasileira. (IBGE, 2010).

As comunidades de bolivianos e chineses na cidade de São Paulo e os libaneses em Foz do Iguaçu- Estado do Paraná são alguns casos emblemáticos. A "lei de estrangeiros" que regula a entrada e permanência de imigrantes no Brasil foi criada em 1980, ainda na vigência do regime ditatorial no Brasil e se insere na lógica da "segurança nacional" do período. A elaboração dessa lei se deu em um momento em que o regime militar estava particularmente descontente com a "interferência" de religiosos estrangeiros em assuntos considerados de foro interno e buscava um mecanismo que facilitasse a expulsão de estrangeiros envolvidos em atividades políticas no país. De fato, a Igreja Católica no Brasil foi desde o início do período republicano (1889) uma das principais críticas da legislação brasileira para estrangeiros, e segue hoje sendo a base para muitas das organizações de defesa dos interesses e dos direitos dos estrangeiros no Brasil. (REIS, 2011)

A principal crítica das organizações que defendem os interesses dos imigrantes no Brasil diz respeito ao fato de que muitas das normas presentes na lei de 1980 estão em descompasso com as disposições relativas ao reconhecimento aos Direitos Humanos presentes na Constituição de 1988 (ACNUR et al., 2007). A inconsistência da legislação de 1980 é apontada como uma fragilidade das demandas do Estado brasileiro para tratar a questão dos imigrantes em negociações e fóruns bilaterais e multilaterais.

Os movimentos sociais, organizações não governamentais e pesquisadores do Brasil ao longo dos anos buscaram não apenas sensibilizar o Estado brasileiro para as demandas dos emigrantes estrangeiros, como também construir um consenso sobre a importância das mudanças na lei de imigração nacional e sua conexão com as necessidades dos brasileiros no exterior. A carta enviada pelo coordenador do Centro de Apoio ao Migrante de São Paulo, Paulo Illes, para a época candidata Dilma Rousseff em outubro de 2010 é bastante ilustrativa desse argumento:

[...] ao defender uma política de migração integral, a qual contempla tanto as migrações de brasileiros e brasileiras para o exterior, o retorno de emigrantes e a imigração em nosso país, sempre sob o enfoque dos direitos humanos, percebemos a necessidade da construção de uma Secretaria de Políticas Migratórias, vinculada ao Gabinete da Presidência da República que possa articular e promover a implementação de uma política migratória coordenada entre estes órgãos e outros da administração pública.

[...] Superando-se a dispersão de competências que por vezes dificulta o avanço, uma das principais tarefas desta nova instituição seria, sem dúvida, fortalecer ainda mais a postura do Brasil como um país exemplo de acolhida para imigrantes e livre da discriminação e da xenofobia.

Em termos institucionais, a movimentação de pessoas através das fronteiras do Brasil envolve um conjunto variado de Ministérios e autarquias tais como: o Ministério das



Relações Exteriores, o Ministério do Trabalho, o Ministério da Justiça, a Polícia Federal, entre outros. Em princípio, o órgão que coordena as ações dessas diversas instituições em relação à entrada de estrangeiros no Brasil é o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), criado pela lei de 19 de agosto de 1980 e vinculado ao Ministério do Trabalho, e que tem por objetivo, entre outros, "formular a política de imigração", "coordenar e orientar as atividades de imigração", "fazer um levantamento das necessidades do mercado de trabalho no Brasil, realizar estudos, coletar informações e "opinar sobre alteração de legislação relativa à imigração quando proposta por qualquer órgão do governo executivo" (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1993).

O debate sobre a necessidade de transformar a legislação de estrangeiros caracteriza-se pela baixa repercussão no cenário variado dos interesses políticos. Em 2009, o governo encaminhou para o Congresso a proposta do Novo Estatuto dos Estrangeiros (PL 5.655/2009). Entre outras mudanças, a lei prevê a transformação do CNIg em Conselho Nacional de Migrações, estendendo formalmente sua competência a questões que dizem respeito à emigração de brasileiros.

Nessa assertiva, é importante destacar que três anistias foram realizadas no Brasil: a primeira em 1988, depois em 1998 e finalmente em 2009. Nesta última, 43 mil estrangeiros foram regularizados, entre os quais 17 mil bolivianos<sup>3</sup> e mais de 4 mil paraguaios. Se, por um lado, as anistias demonstram a "boa vontade" oficial para lidar com a questão dos indocumentados, por outro lado revelam a persistência do problema ao longo dos anos e a necessidade de uma política mais abrangente. Idealmente, com a implementação dos acordos de livre circulação e a nova legislação de estrangeiros, o número de indocumentados no país deve cair. (REIS, 2011).

2. O Senegal é um país localizado na África Ocidental, banhado pelo Oceano Atlântico e faz fronteira com a Gâmbia (incrustada em seu território), a Mauritânia, ao norte; o Mali, a leste; e a Guiné e Guiné-Bissau, ao sul. É também o país que se encontra mais próximo à ilha de Cabo Verde e possui como capital a cidade de Dacar, localizada no ponto mais a oeste do país. (KALY, 2006).

Sabe-se que a dignidade de um ser humano começa pelo reconhecimento de sua pertença a espécie humana e, portanto de sua história específica como afluente do grande

---

<sup>3</sup> Segundo dados do IBGE (2013), a imigração boliviana no Brasil é um movimento migratório ocorrido a partir do último quarto do século XX. É uma das maiores populações do 0,5% da população brasileira que é proveniente dos países da América do Sul, estando sua maioria localizada nos Estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo. É o quinto maior grupo de imigrantes que vivem no Brasil, superados por americanos, japoneses, paraguaios e portugueses.



oceano da História Universal da espécie homo *sapiens sapiens*. A história das pessoas envolvidas como agentes desta pesquisa se inicia em quatro cidades senegalesas: Dakar, Thiès, Louga e Diourbel. Todos pertencem ao grupo étnico Wolf, também conhecidos como olofe ou jolofos. Entre os Wolf se conta nas festas tradicionais uma lenda que sinaliza como começou o império Wolf ou Djofolo.

A lenda do Ndiadiane Ndiaye começa com uma disputa sobre a madeira perto de um lago de importante. Isso quase levou ao derramamento de sangue entre os governantes, mas foi interrompido pela misteriosa aparição de um estranho do lago. O estranho dividiu a madeira de forma justa e desapareceu, deixando as pessoas em reverência. As pessoas, então, fingiram uma segunda disputa e sequestraram o estranho quando ele voltou. Ofereceram-lhe a realeza de sua terra e convenceu-o a fazê-lo e tornar-se mortal, oferecendo-lhe uma bela mulher para casar. Quando esses eventos foram relatados para o governante do Sine, também um grande mágico, ele exclamado "Ndiadiane Ndiaye" que na língua de sua terra natal é uma expressão de espanto. O governante do Reino de Sine ( Maad um Sinig Maysa Wali ) sugeriu, então, que todos os governantes entre o rio Senegal e a Gâmbia submeter-se voluntariamente a este homem [...] (SILVA: 2005)

Com base nessa lenda pode-se analisar no projeto de interpretação de Alberto da Costa e Silva(2005), que propõe como uma das formas de origens dos reinos africanos a intervenção de um árbitro estrangeiro para a solução de certos conflitos entre clãs e pequenos reinos. Resolvido o conflito o “interventor” muitas vezes se estabelecia como príncipe e criava uma lenda ideologizante que lhe permitia exercer o governo. Fora do domínio das lendas e das epopéias declamada pelos griôs (historiadores-poetas) não se tem outras fontes históricas antigas do próprio grupo étnico Wolf.

As primeiras informações escritas de uma forma mais detalhada sobre o território e a experiência histórica dos Wolf, e de Senegal em sentido geral, foram oferecidas por autores árabes, alguns geógrafos acompanhados de historiadores e outros viajantes que por lá passaram por motivos políticos, religiosos e comerciais. Os mais conhecidos são al-Masudi de Bagdad (957), al-Bakri de Espanha (1068) al-Idrisi de Sicília (1154), Abd al-Hassan Ali ibn Omar (1230), Ibn Said al-Maghribi (1274) e Abulfeda (1331). Os árabes relacionavam os Wolf com três elementos fundamentais, a saber: o império de Mali, o rio Senegal e o ouro da região – enquadradas nas dimensões política, geográfica e econômica. O rio Senegal foi representado pelo quesito étnico, “cor de pele”, e economicamente sobre os títulos “rio dos negros”, “Nilo ocidental” e “rio do ouro”. São os árabes que introduzem o conceito de “negros” para referir-se os Wolf e o rio Senegal. Os povos e reinos africanos eram identificados entre eles mesmos pelos nomes étnicos (sereres, malinkes, Wolf), nunca pela cor da pele ou alguma característica biológica.

Antes do império de Mali, as comunidades Wolf haviam se estabelecido na região formando estruturas políticas e produzindo elementos de caracterização cultural materializados através de objetos artísticos em madeira, ouro e terracotas. Desde sua instalação na bacia hidrográfica do rio Senegal os Wolf foram identificados pelos seus utensílios e instrumentos de guerra, bem como o trabalho em ferro. Esse grupo é apontado



pelas pesquisas arqueológicas com destaque em menção e reconhecimento também aos megalíticos e as grandes estruturas arquitetônicas, reafirmando a complexidade social e o expressivo controle sobre a força da natureza e o pertencimento coletivo enquanto estrutura sócio-cultural.

No entanto, os variados reinos que ocuparam a região, acrescidos às construções árabes e a expressiva atividade comercial justificaram a pujança do Império de Mali. Por um laço de tempo Tekrur, como representação de toda a zona do atual Senegal, em sua posição de vassala, enviava para o Império de Mali impostos na forma de ouro-em-pó e homens para a guerra, para administração e também para alimentar o tráfico de escravizados transahariano em direção ao mundo árabe-muçulmano. Quando o Império de Mali se desestruturou, Tekrur e os pequenos reinos Wolf do interior alcançaram sua independência e criaram um império que durou (1360-1890) até a chegada dos europeus, que se instalaram na costa e foram evoluindo através das trocas comerciais ligadas ao tráfico humano do Atlântico até a dominação colonialista do território em 1890. (SILVA: 2005)

Assim como as fontes árabes, os europeus têm notícias do que veio ser o Senegal atual desde longa data. Foi chamado *Bambotus* por Plínio, o Velho e *Nias* por Cláudio Ptolomeu e provavelmente foi visitado por Hanno o cartaginês em torno de 450 a.C. Em 1300 d.C aparece o rio Senegal no mapa mundi de Hereford sob rotulo *Nilus Fluvius* com seu curso paralelo ao Atlântico. Neste mapa é possível observar um desenho de uma formiga gigante desenterrando ouro em pó e sobre o desenho a nota “Hic grandes formice auream serican arenas”. No Atlas Medici-Laurentiano de 1351, e em outros mapas como os de Pietro Vesconte para o atlas de Marino Sanuto, (c.1320), Giovanni da Carignano (1310s-20s), a carta de 1367 de Domenico e Francesco Pizzigano é uma constante as frases “Ilic coligitur aureaum”, “iste fluuis exit de nilo ubi multum aurum repperitur” e outras apontando para Senegal como “o rio de ouro” ou “o pais do ouro”. (IBAZEBO: 1998, 8). Em outras palavras, o Senegal tanto para os árabes como para os europeus representava uma zona de abundante riqueza e grande possibilidade de explorar matérias-primas e metais preciosos - confirmada posteriormente nos relatos dos portugueses. (IBAZEBO: 1998, 8-10).

Entre 1444 e 1510 os portugueses tem contato com os Wolf e fazem uma densa descrição acerca da realidade sócio-política e cultural, apontando a divisão hierarquizada da sociedade entre nobreza, camponeses, escravizados e diferentes castas de ferreiros, curtidores, músicos, griôs e joalheiros. As mulheres tinham certo destaque, por exemplo, havia em todos os reinos um conselho de juízas para cuidar dos casos que envolviam mulheres e a rainha-mãe possuía fazendas e aldeias subordinadas a ela diretamente, ademais de influenciar de forma efetiva na política do filho rei. Nos séculos XVII à XVIII e até metade do século XIX aconteceu praticamente uma guerra pelo controle das margens do Senegal por parte das potencias europeias, como descrito por Mamadou Alpha Diallo (2011,p.30)

No plano histórico, apesar da chegada dos primeiros europeus (portugueses) em Dakar e Gorée no século XV pode ser tomado como ponto de referência ou de partida da atual



Republica do Senegal a fundação da cidade de Saint Louis que serviu de ponto comercial até a abolição da escravidão pela França em 1638 que marca o início da colônia do Senegal. Os franceses procuram consolidar suas posições nesta parte do continente e para tanto tiveram que expulsar os holandeses instalados na Ilha de Gorée que era um dos grandes portos da escravidão em 1677.

Os portugueses que tinham várias estações em diferentes lugares do rio Senegal no século XV e XVI se defrontaram sucessivamente com os holandeses, franceses e britânicos. Em 1659 os franceses implantaram uma colônia na Ilha de Gorée tornando-a um entreposto que serviu ao tráfico negro. Os britânicos por breves tempos se apoderaram também de algumas áreas no Senegal, quando em 1840 o poder francês foi reconhecido pelas demais potências e em 1895 é integrado como parte da África Ocidental Francesa. (KOK: 1997, 21)

Faz-se necessário sublinhar que os reinos e império dos senegaleses, segundo Thorton(2004), não foram obrigados pela força a entrar no tráfico Atlântico. Os senegaleses como outras grandes políticas africanas possuíam estruturas sociais, econômicas e uma elaborada cultura capaz de lutar contra os europeus. O tráfico, segundo Thorton, foi uma negociação comercial, onde os africanos entraram como competidores muitas vezes habilidosos impondo valores e mercadorias. Os reinos do Senegal eram autosuficientes na produção de tecidos, alimentos e instrumentos de ferro. Pelas leis vigentes estavam definidos os contratos de deveres e direitos do tráfico humano, especialmente do sahariano. E militarmente o Império Djolof chegou ter 100.000 na infantaria e 10.000 na cavalaria para enfrentar os portugueses, holandeses e os franceses por dois séculos.

Autores como Lovejoy (2002) entendem que a presença dos europeus e a introdução do tráfico em larga escala transformaram definitivamente as instituições sociais e econômicas no Senegal deixando a região orientada para guerra e para o comércio dos recursos humanos como mão-de-obra para o novo mundo. Um contraponto que pode ser traçado é o fato que o tráfico transaariano em oito séculos havia tirado de toda África uns seis ou sete milhões de pessoas; enquanto, que em quatro séculos o tráfico Atlântico chegou aos vinte milhões conforme DuBois, acrescem da análise de Mamadou Alpha Diallo(2011, p. 43)

Depois de ter vencido os impérios e antigos reinos, o colonizador dividiu o espaço africano, apagando assim os espaços unificados das organizações geopolíticas pré-coloniais. Ou seja, as potências coloniais remodelaram o mapa geopolítico tanto das hegemônias muçulmanas quanto dos Estados animistas como os da Casamance. A eliminação dos chefes tradicionais ou mesmo a cooptação dos mesmos pela colonização contribuiu para a desintegração das construções sociopolíticas que era à base da coesão das entidades tradicionais. Em outro, a colonização por cooptação e a imposição cria uma nova hierarquia social e uma nova estrutura social que será a base da formação das futuras elites dirigentes dos Estados africanos pós-coloniais ou modernas.

Como apontado, apesar de já ter sido ocupado por tribos antigas, por grupos tribais convertidos ao islamismo e também por portugueses, a colonização do território que hoje



corresponde ao Senegal ocorreu a partir do século XVII pela França. O país, aliás, foi a única das colônias francesas a ter os seus cidadãos reconhecidos como cidadãos da França, fato que ocorreu logo após a Revolução Francesa em conjunto com a abolição da escravidão. Em 1960, o país, conseguiu a sua independência após a realização de lutas separatistas que ocorriam desde o século XIX.

No ano de 1982, o Senegal – que havia adotado um sistema econômico e político autointitulado “socialismo islâmico” – decidiu pela união com a Gâmbia, haja vista que, juntos, os países formam uma única área, sendo o território senegalês o único a fazer fronteira com esse país. Assim, formou-se a *Senegâmbia*, que, no entanto, foi dissolvida em 1989 após divergências políticas entre as lideranças dos dois países. Razões que reforçaram a saída de milhares de homens e mulheres para a condição de imigrante e refugiado.

A cidade mais populosa de Senegal é a capital, Dacar, com cerca de 2,2 milhões de pessoas e as etnias predominantes são os *jalofo*s, os *serer*, os *fulas*, os *tukulor*, os *diolas* e os *mandingas*, enquanto a religião mais professada é o islamismo, que agrega cerca de 87% da população.

Por encontrar-se em uma região muito próxima ao mar, as altitudes locais não são muito elevadas, com um relevo formado por uma grande e extensa planície que conta com as savanas como vegetação superficial. Os rios principais que abastecem a região são o Senegal, o Gâmbia e o Casamanse, que agrupam as principais bacias hidrográficas locais, segundo nos mostra o mapa abaixo.



Figura 1 - Mapa de localização de Senegal, na África Ocidental e sua costa  
Fonte: SOUZA, Marina de Mello e. África e Brasil africano. 2 ed. São Paulo: Ática, 2007.

O clima de Senegal é o semiárido, principalmente nas porções setentrionais de seu território, o que indica a baixa influência da maritimidade em suas temperaturas e variações térmicas ao longo do ano. O país integra o chamado *Sabel africano*, com uma estação seca prolongada e chuvas irregulares e má distribuídas ao longo do ano, tanto é que as Savanas concentram-se mais ao sul do território, onde costuma chover um pouco mais.

Segundo Sanou Mbaye (2009), o Senegal<sup>4</sup> é considerado um país relativamente industrializado, embora a sua produção industrial corresponda a 22,7% do PIB, à frente da agricultura, com 15%, e atrás do setor terciário, com 61,9%. Os principais produtos agrícolas são o amendoim, o tabaco, a cana-de-açúcar, o sorgo e o tomate, enquanto a indústria destaca-se nas práticas de processamento de minerais e na produção de fertilizantes. Há ainda que se destacar o papel da pesca na economia, que encontra um amplo mercado exportador nos países da União Europeia. Entretanto, a exclusão e sub-

---

<sup>4</sup> A população de Senegal, segundo dados de 2014 das Nações Unidas, é de 14,54 milhões de pessoas, que se distribuem em uma área de 196.720 km<sup>2</sup>, o que perfaz uma densidade demográfica de 73,9 habitantes por quilômetro quadrado.



trabalho presente na conjuntura econômica e política fazem com que diversos grupos humanos se desloquem na condição de imigrantes a Europa e Américas.

3. Os homens e mulheres que imigraram para o Brasil Meridional - Norte de Rio Grande do Sul, especialmente para Erechim são originários de quatro cidades senegalesas: Dakar, Thiès, Louga e Diourbel. Sua pertença étnica é a Wolf, que são o 44% da população de Senegal. Os outros 56% estão distribuídos em seis grupos étnicos: fulani 23%, sereres 15%, diola 6%, malinke ou malinke (malinqueses 5%); além de diversos pequenos grupos (somica, franceses, libaneses, etc). A população geral é de 9,8 milhões.<sup>5</sup>

As cidades senegalesas de Dakar, Thiès, Louga e Diourbel têm características que são gerais para todo o território de Senegal, mas por ser cidades com certa proximidades a capital Dakar adquirem o agravante das multidões nos subúrbios. A vida nos bairros destas grandes cidades dificulta o emprego, o acesso a saúde e a educação. Segundo um estudo feito sobre educação para Dakar e Diourbel revela que:

Os mais baixos índices da educação são registados em Diourbel, Tambacounda e Louga, com a escolarização inferior a 35%. A outra extremidade que constituem Dakar e Ziguinchor está distante com os índices que chegam perto dos 90%. Existem disparidades entre os meninos e as meninas que são mais ou menos marcantes segundo a região considerada. O índice de escolarização das meninas é fraco, representa apenas 40% do total. Além disso, 47% da população com idade entre os 0 e os 15 anos é deixada de lado. O efetivo do ensino elementar passou de 611.000 alunos em 1986/87 para 738.500 em 1992/93 (índice de crescimento de 5%), mas ao mesmo tempo, o índice de aprovação no exame de ingresso ao secundário está estagnado em 20% (PROBLEMAS, On-line, 2013).

Segundo dados da UNESCO (2013), a educação no Senegal é um direito fragilizado enquanto política pública. Acessibilidade, falta de material didático e carência de professores dificultam e impedem que parte da população tenha acesso aos níveis básicos de escolaridade.

Sem acesso a escola Básica pode-se concluir de imediato que essa condição também limita o acesso a educação de nível superior e, por consequência impulsiona a exclusão do mercado de trabalho. O domínio do segundo idioma – geralmente francês – por ordenamento econômico, pois é o capital transnacional é dominado em sua maioria pelo capital francês<sup>6</sup> – corrobora com o processo de marginalização econômica de milhares de

---

<sup>5</sup> O fluxo migratório atual de africanos para o Brasil foi estimulado pela “lei da anistia” e evidencia a presença deste país num processo macroestrutural de reestruturação produtiva internacional.

<sup>6</sup> Segundo o economista senegalês Ely Madiodio Fall, o setor privado está inteiramente nas mãos de grupos franceses como: Bolloré, Bouygues, Total, France Telecom, Societé Générale, BNP-Paribas, Air France, etc. Além disso, as políticas cambiais e de crédito, tão cruciais para o desenvolvimento, estão relacionadas com a França por meio dos mecanismos da zona do franco. Contra o depósito de 50% das reservas cambiais dos países membros numa conta do Tesouro francês, o franco CFA é conversível e indexado ao euro a uma taxa



cidadãos. Esses exigem que os funcionários escrevam e leiam em francês para um maior controle e produtividades em vários segmentos, e também serve para o controle sócio-cultural. As atividades produtivas para “analfabetos” da língua francesa estão destinados aos trabalhos mais penosos, geralmente nas fábricas e indústrias e de menor remuneração salarial. (MBAYE: 2009)

Por outro lado, existe nos subúrbios uma feminização da pobreza que atinge grande parte da população, pois 52% da população são mulheres e estas vivem no regime de poligamia, como explica uma equipe do grupo de Pesquisa Demográfica e de Saúde (EDS, 1998\7), que afirma que 45,5% das mulheres são casadas em regime de poligamia. O problema da poligamia como elemento agravante para a pobreza consiste em que uma imensa maioria dos homens estão desempregados e por lei eles devem providenciar uma casa e alimento para as esposas, mas também existe uma concessão da lei que lhe permite deixar as mulheres na casa dos pais até encontrar as condições. Com essa situação muitas mulheres tem que cuidar dos filhos e da economia da casa assumindo todas as responsabilidades da família e levando pelo menos 30% dos núcleos familiares a um profundo nível de pobreza. Mesmo que os organismos internacionais, como a ONU e ONGs de todo o mundo tenham diversos programa de ajuda solidaria, pouco auxiliam porque o dinheiro que chega para estas mulheres com o objetivo de empreender microempresas é absorvido pelas necessidades primarias.

Acrescido a esse cenário, pode-se citar que o setor agrícola, que emprega 60% dos ativos (2013), apresenta uma das menores produtividades. O crescimento médio anual da produção (1,2%) é insuficiente para atender às necessidades de uma população que aumenta 2,5% ao ano. Apesar do domínio das águas do rio Senegal – graças às duas barragens de Diama e Manantali –, propício para a expansão das culturas, o país importa quatro quintos do arroz que consome. O economista e escritor senegalês Sanou Mbaye acrescenta: Os veios de água doce subterrâneos nos arredores de Dakar são objeto de uma exploração mínima e arcaica para a produção de frutas e legumes. Pior, deixou-se que as populações, pressionadas pela falta de moradia, construíssem casas em terras passíveis de inundação. Quanto aos recursos pesqueiros, eles estão ficando mais pobres por força da superexploração, particularmente por parte dos países da União Europeia. Nenhuma política foi colocada em prática nem para renegociar os contratos leoninos que o Senegal assinou, nem para repor os estoques por meio da aplicação de um programa de recuperação. [...]

---

de câmbio fixa sobrevalorizada, enquanto todas as outras moedas do continente têm câmbio flutuante. A conversibilidade permite às empresas francesas e às classes dominantes transferir livremente as fortunas que acumulam por estarem protegidas contra qualquer desvalorização da moeda. Além disso, a valorização do euro em relação ao dólar arruína as economias dos países da zona do franco. No entanto, reformas seriam necessárias a citar como: atrelar o franco CFA a uma cesta de moedas locais, acabar com a taxa de câmbio fixa e com a conversibilidade, amenizar as políticas draconianas de crédito e tomar o caminho da integração regional.



A pecuária sofre com as mesmas deficiências. O gado apresentaria um imenso potencial se um plano específico tivesse sido introduzido para a melhoria das raças e o aumento da produtividade. Por exemplo, um programa de inseminação, de fornecimento de alimentos adequados e cuidados veterinários contribuiria para um aumento significativo na produção de carne e leite. O país importa tais bens a preços exorbitantes.

Sendo assim, pode-se resumir que os homens e as mulheres que chegam ao Norte de Rio Grande do Sul são produto não de uma imaginada e pretensa cultura de migração, mas por um elemento decisivo: a falta de trabalho com remuneração adequada, doenças, fome<sup>7</sup> e exclusões diversas colocando em prova inclusive a dignidade da pessoa humana. A inexistência de empregos somados a negação dos Direitos Fundamentais Cíveis e Sociais acrescidos aos dilemas da herança colonial – resultou na desestruturação das organizações tradicionais que de certa forma mantinham garantidos os direitos humanos básicos, assim como o neocolonialismo de perfil econômico e financeiro que estão submetidas especificamente as cidades Dakar, Thiès, Louga e Diourbel, e Senegal em geral, cria as condições favoráveis para uma emigração de grande escala e de longa distância.<sup>8</sup>

4. Dados obtidos em órgãos públicos apontam a presença de 380 africanos distribuídos na região do Alto Uruguai – norte e planalto do Rio Grande do Sul, principalmente residindo nas cidades de Passo Fundo, Getúlio Vargas e Erechim (vide Mapa). Este dado foi confirmado pela secretaria de relações étnica de Passo Fundo e pela Polícia Federal em depoimento ao Jornal Zero Hora, em reportagem de Leandro Becker(2013).

A região em estudo recebe a denominação de Região Alto Uruguai (RAU) e é composta por 31 municípios, sendo eles: Aratiba, Áurea, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Benjamim Constant do Sul, Campinas do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Charrua, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Erebango, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, São Valentim, Severiano de Almeida, Três Arroios e Viadutos.

Localizado a Norte do Rio Grande do Sul, na Mesorregião Noroeste Rio-Grandense entre as coordenadas geográficas 27°12'59" e 28°00'47" de latitude Sul e 52°42'12" e

---

<sup>7</sup> De acordo com o PMA, a insegurança alimentar ainda é elevada em muitas regiões do Senegal, especialmente na área de Ziguinchor, afetada por conflitos, o que perturba a produção local e a capacidade dos agricultores para fortalecer sua produção e investir na comercialização. Em geral, a situação da segurança nutricional na parte sul do país se agravou, e o país como um todo enfrenta um déficit alimentar, mesmo sendo um grande produtor de commodities na África Ocidental.

<sup>8</sup> De acordo com o Banco Mundial, 46,7% dos senegaleses vivem abaixo da linha de pobreza nacional. A desnutrição e a mortalidade infantil caíram, e são mais baixos se comparado com outros países da região, mas a expectativa de vida não ultrapassa os 60 anos. O país figura no 154º lugar do Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD, com 0,47.





construção civil e metal mecânico, enquanto os 10% restantes atuam como vendedores de adornos e bijuterias na região central da cidade - atuam na informalidade laboral.<sup>9</sup> (SMED: Coordenação Pedagógica, 2013)

Segundo Tedesco (2012), em termos econômicos, os senegaleses apresentam comportamento empreendedor, assumindo riscos, comercializando bijuterias e aceitando empregos temporários para formar fundos e realizar projetos de vida ("constituir meu próprio empreendimento no Senegal", "sustentar família no Senegal"). O fluxo de remessas financeiras e o desenvolvimento de competências dos que passaram por Erechim e Passo Fundo confirmam essa perspectiva.

Dentre suas inserções na comunidade local e regional já virou rotina vê-los perambulando pelas ruas da cidade. Enquanto inserção social e cidadão há algumas ações já efetivadas no quesito Educação e Saúde. Os mesmos freqüentam aulas no turno da noite junto ao Programa de Alfabetização como uma forma de garantir melhor integração a sociedade nacional em uma ação do Poder Público Municipal e uma Congregação Religiosa Anglicana.

A possibilidade de alfabetizar-se na língua portuguesa também estende para outros benefícios para garantir a acessibilidade e permanência ao direito de Educação: alimentação no período entre-aulas, vale-transporte e material didático. Os direitos humanos referentes a educação tem sido garantido por uma proposta inusitada do setor público e o privado. Um protocolo de intenções foi assinado pela Faculdade Anglicana e o Poder Público Municipal – Secretaria de Educação – o que possibilitará que outras demandas sociais sejam atendidas.

Quando o grupo foi questionado frente ao conhecimento de seus Direitos, mais especialmente aos Direitos Humanos e Fundamentais assinalam que conhecem alguns, mas encontram-se distantes de sua efetivação. Dentre os mais lembrados cita-se a não violência física e o direito de ir e vir.

No quesito acesso a Educação, Saúde e Segurança afirmam desconhecem seus direitos, porém avaliam que esse desconhecimento deve-se ao fato de não procurarem acompanhar 'as leis' locais. A título de exemplo pode-se citar a resistência que os mesmos possuem para acessar a espaços hospitalares ou de saúde pública mesmo quando o necessitam.

Os imigrantes provocam algumas situações novas, interesses e dúvidas em razão de suas presenças, instituem redes informais de (entre)ajuda e consolidam uma dinâmica que integra e identifica a migração de senegaleses no Brasil. Vários entrevistados informaram que acabam chamando a atenção de moradores pelas suas vestimentas, formas grupais de andar na rua, venda de objetos, concentrações em alguns espaços da específicos da cidade para desenvolverem algumas atividades de lazer e passeios. Também é possível constatar que alguns adentraram ao ecletismo religioso tão bem propalado no Brasil: tornaram-se adeptos de Igrejas neopentecostais.

---

<sup>9</sup> Dados obtidos pela pesquisadora Thaís Janaina Wenczenovicz através de pesquisa de campo junto a Secretaria Municipal de Educação de Erechim e a Faculdade Anglicana, 2014. Erechim/RS - Brasil.



Em relação aos aspectos culturais, os senegaleses conservam os hábitos religiosos, alimentares e de convivência em grupos. Entre eles, além da cordialidade e espontaneidade, é conservada a hierarquia familiar. Nesse aspecto, é possível sinalizar que os mesmos aderem a integração junto à comunidade regional fora do âmbito pragmático do trabalho. Sentem, sim, o estranhamento mesclado com curiosidade pelos que os cercam e os veem.

No aspecto cultura é possível perceber que, praticamente, se utilizam dos espaços vagos dos dias e ou dos finais de semana - em momentos que não estão trabalhando para telefonarem para amigos e familiares no Senegal e no Brasil, assistirem televisão e escutarem música. A ausência de contato com a comunidade produz distanciamento, indiferença e ausência de fatores integrativos e de sociabilidade. Beccegato (1995) e Sayad (2008) colocam que não basta simplesmente adquirir algumas informações sobre usos, costumes ou aprender línguas estrangeiras para se fazer intercultural; deve-se adentrar, sim, para as problemáticas cognitivas, afetivas, sociais, desenvolver um pensamento aberto, flexível, inclusivo, que valorize os comportamentos reconhecidos no diálogo e no encontro. As identidades e identificações produzidas no interior das sociedades hospedeiras se (re)constroem pelos autóctones e estrangeiros também a partir de referenciais simbólicos (MEIHY; BELLINO, 2008).

## **Conclusão**

Trazer o tema das migrações, e mais especificamente a questão dos Direitos Humanos dos imigrantes senegaleses significa adentrar em temática de complexa compreensão. Esse não é um processo fácil. Pelo contrário, é carregado de contradições, desentendimentos e tensões, que envolvem interesses estatais distintos e pressões de diversos grupos sociais e políticos atingidos mais ou menos diretamente pelas migrações, sobretudo nas zonas de fronteira. Também é importante analisar as políticas voltadas para a circulação de pessoas não apenas de forma isolada, mas em conjunto com outras ações e temas relacionados a chegada de centenas e centenas de homens em busca de dignidade humana. Fome, guerras civis e demais ordenamentos devem acompanhar os debates para aprofundar a avaliação sobre a política do Brasil para com os imigrantes. No momento, com o grupo analisado mantemo-nos na condição de espectadores sociais e aguardando quais serão os resultados de médio e longo prazo da ratificação dos acordos de livre circulação entre os países do Mercosul, UNILA e demais blocos. Como também é aguardada a aprovação da nova legislação de estrangeiros, que é um passo fundamental na direção de uma política de respeito aos Direitos Humanos dos imigrantes.

Finalmente, precisamos estar atentos ao recrudescimento de manifestações xenófobas e do preconceito contra estrangeiros, sobretudo africanos e asiáticos nas cidades onde a sua presença se tornou mais visível. Em São Paulo e em outros Estados do Sul e Sudeste, são frequentes os relatos de extorsão, discriminação na escola, péssimas condições de trabalho e discriminação no acesso a serviços públicos. É necessário ter em mente que, mantido o atual processo de crescimento econômico e considerando o desenrolar do processo de



integração regional, a tendência é que a imigração para o Brasil só venha a crescer nos próximos anos, de modo que um marco legislativo e institucional adequado para lidar com as migrações internacionais é, mais do que nunca, fundamental. Do ponto de vista humanitário, por uma questão de reconhecimento aos Direitos Humanos dos imigrantes; do ponto de vista doméstico, para evitar o surgimento de problemas sociais e políticos de maiores proporções e de solução mais complexa; e, finalmente, do ponto de vista da política externa, porque o tema da gestão das migrações internacionais é e continuará sendo central no plano das relações internacionais a médio prazo.

### Referências Bibliográficas

- ACNUR; IMDH; CDHM. Políticas públicas para as migrações Internacionais. Migrantes e refugiados. 2 ed. revista e atualizada. Brasília: ACNUR; IMDH; CDHM, 2007.
- ALPHA DIALLO, Mamadou. A construção do estado no Senegal e integração na África ocidental: os problemas da Gâmbia, de Casamance e da integração regional. <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/35077/000794235.pdf?sequence=1>  
Acesso 13 out 2013.
- ASNOM. French West Africa (AOF). Association Amicale Santé Navale et d'Outre-Mer (2010).
- BAEZ, Narciso Leandro Xavier; LEAL, Rogério Gesta; MEZZAROBBA, Orides (Coords.). Dimensões Materiais e eficácias dos Direitos Fundamentais. São Paulo: Conceito Editorial: 2010.
- BASTIDE, Roger. As religiões africana no Brasil. São Paulo. Pioneira/USP, 1985.
- BECCEGATO, L. S. (a cura di). Interculturalità e scienze dell'educazione. Bari: Adriatica, 1995.
- BOP, Codou. Feminização da pobreza no Senegal e dinâmica das relações sociais nas famílias: o caso do subúrbio operário de Dakar. Labrys, estudos feministas. N. 3, jan/jul2003. Em: <http://www.tanianavarrosvain.com.br/labrys/labrys3/web/bras/coudou1.htm>. Acesso 10 de Out 2013.
- BRASIL. Decreto n. 6.893/2009. Regulamenta a lei n. 11.961, de 2 de julho de 2009, que dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 jul. 2009.
- BRASIL. Câmara de Comércio e Indústria Brasil Iraque. Exportando para o Iraque: estudo com... 2009. Disponível em: <[http://www.brasiliraq.com.br/cms/arquivos/exportando\\_para\\_o\\_iraque\\_vf.pdf](http://www.brasiliraq.com.br/cms/arquivos/exportando_para_o_iraque_vf.pdf)>. Acesso em: 5 nov. 2010.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Estatísticas. Coordenação Geral de Imigração. Estatísticas, 2011.



- CMMI. Comissão Mundial sobre as Migrações Internacionais. As migrações num mundo interligado: novas linhas de ação. Relatório da Comissão Mundial Sobre as Migrações Internacionais. Trad. da Fundação Calouste Gulbenkian, out. 2005.
- FREYRE, Gilberto. Interpretação do Brasil. Aspectos da Formação Social Brasileira como Processo de Amalgamento de Raças e Culturas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.
- KALY, Alain. Leopold Sedar Senghor e a construção do Estado Nação senegalês. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- KI-ZERBO, Joseph. História da África Negra-I. Paris: Publicações Europa-América, 1972.
- \_\_\_\_\_. Historia del Africa negra-II. Del siglo XIX a la época actual. Madrid: Europa-América, 1972.
- KOK, Glória Porto. A escravidão no Brasil Colonial. São Paulo: Ed. Saraiva, 1997.
- GILROY, Paul. O Atlântico negro. Modernidade e dupla consciência. São Paulo: Editora 34, 2001.
- IBAZEBO, Isimeme. Explorando a África. Trad.: Isa Mara Lando. São Paulo: Ática, 1998.
- LOVEJOY, Paulo. A escravidão na África: uma história de suas transformações. São Paulo: Record, 2002.
- MAMADOU, Alfa Diallo. A construção do Estado no Senegal e integração na África Ocidental: os problemas da Gâmbia, de Casamance e da integração regional. Porto Alegre: Dissertação apresentado ao programa de pós-graduação em Ciências Política do Instituto de Filosofia e de Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.
- MAESTRI, Mário. História do Rio Grande do Sul: a ocupação do território. Passo Fundo: Núcleo de estudos Histórico Lingüísticos, 2001.
- MBAYE, Sanou. L'Afrique au secours de l'Afrique. L'Atelier, Ivry-sur-Seine, 2009.
- MEIHY, J. C. S.; BELLINO, R. R. O estado dos imigrantes: o 28º estado brasileiro - um mercado de US\$ 50 bilhões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- MULLER, Ana Luiza. A Construção das Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: O Caso do Programa de Aquisição de Alimentos. UFRGS, 2007.
- REIS, Rossana Rocha. Políticas de imigração nos Estados Unidos e na França. São Paulo: Hucitec, 2007.
- \_\_\_\_\_. Soberania, direitos humanos e migrações internacionais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19, n. 5, p. 149-164, jun. 2004.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Congresso Nacional. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração. Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www.diasmarques.adv.br/artigos/Relatorio\\_CPI\\_Emigracao\\_Ilegal.pdf](http://www.diasmarques.adv.br/artigos/Relatorio_CPI_Emigracao_Ilegal.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2013.
- SALES, Teresa. Brasileiros longe de casa. São Paulo: Ed. Cortez, 1999.
- SILVA, Alberto da Costa e. A Enxada e a Lança. A África Antes Dos Portugueses - 5ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- SOUZA, Marina de Mello e. África e Brasil africano. 2 ed. São Paulo: Ática, 2007.



SPRANDEL, Marcia Anita. Breve análise da relação entre o Estado brasileiro e seus emigrantes. In: FERREIRA, A. P. et al. A experiência migrante. Entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010.

TEDESCO, João Carlos e GRYBOWSKI, Denise. Dinâmica migratória dos senegaleses no norte do Rio Grande do Sul. Rev. bras. estud. popul. vol.30 no.1 São Paulo Jan./June 2013.

THORTON, John. A África e os africanos na formação do mundo atlântico: 1400 – 1800. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

#### Fontes Eletrônicas

<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/senegal/senegal.php>. Disponível em 12 de agosto de 2014.

<http://www.ibge.gov.br/indicadores>. Disponível em 02 de dezembro de 2014.

<http://www.unesco.org/indicadores>. Disponível em 21 de dezembro de 2014.